



**Poder Judiciário do Maranhão
Tribunal de Justiça**

CLIPPING IMPRESSO

25/04/2015

INDICE

| | |
|-------------------------------------|---------|
| 1. AÇÕES CORREGEDORIA | |
| 1.1. JORNAL O DEBATE..... | 1 - 2 |
| 2. COMARCAS | |
| 2.1. JORNAL ESTADO DO MARANHÃO..... | 3 |
| 3. CORREGEDOR (A) | |
| 3.1. JORNAL O DEBATE..... | 4 |
| 4. DECISÕES | |
| 4.1. JORNAL PEQUENO..... | 5 - 7 |
| 5. EVENTOS | |
| 5.1. JORNAL ESTADO DO MARANHÃO..... | 8 |
| 5.2. JORNAL O IMPARCIAL..... | 9 |
| 6. JUÍZES | |
| 6.1. JORNAL ESTADO DO MARANHÃO..... | 10 |
| 6.2. JORNAL PEQUENO..... | 11 |
| 7. PLANTÃO NO TJMA | |
| 7.1. JORNAL O DEBATE..... | 12 |
| 7.2. JORNAL PEQUENO..... | 13 |
| 8. VARA CRIMINAL | |
| 8.1. JORNAL O PROGRESSO..... | 14 - 15 |

Audiência pública discute acessibilidade para pessoas deficientes em Porto Franco

No evento, foi expedida recomendação para que estabelecimentos se adaptem à legislação em 90 dias e sugerida a criação de um centro de convivência

PORTO FRANCO - A criação de um Centro de Convivência da Pessoa com Deficiência Física e a recomendação elaborada pela 2ª Promotoria de Justiça de Porto Franco, segundo a qual os estabelecimentos públicos e comerciais têm 90 dias para se adaptarem à Lei de Acessibilidade foram algumas definições alcançadas na audiência pública sobre inclusão social das pessoas com deficiência e mobilidade reduzida, realizada em Porto Franco.

O evento, que ocorreu na última quinta-feira, foi organizado pela 2ª Promotoria de Justiça da Comarca. Durante a audiência, o promotor Gabriel Sodré Gonçalves, titular da 2ª Promotoria, explicou aspectos legais da inclusão de pessoas com deficiência e pontuou vários problemas encontrados no dia a dia por estas pessoas.

"A Lei de Acessibilidade, há 15 anos em vigor, garante mudanças físicas, estruturais e humanas nas repartições públicas e privadas, para que todos possam ser incluídos na vida social. Mas nós ainda vemos erros primários: falta de rampas, motoristas e motociclistas que estacionam em frente aos acessos, mercadorias impedindo o livre passeio de pessoas nas calçadas, transportes coletivos não adaptados, falta de profissionais capacitados nas escolas, entre outros", enfatizou o promotor.

O presidente da Associação do Ministério Público do Estado do Maranhão (Ampem), José Augusto Cutrim Gomes, ressaltou a importância de o Ministério Público ir até a comunidade para dialogar sobre os problemas que mais afetam a população.

"Estou muito satisfeito em ver este auditório cheio para debater um tema tão importante. Essa é uma das missões do Ministério



Divulgação

Cadeirante tem dificuldade para se locomover pelas ruas da cidade

Mais

Participaram do evento: o vice-prefeito de Porto Franco, Fortunato Macedo; o presidente da Câmara Municipal, Josivan Bessa; a titular da 1ª Promotoria de Justiça de Porto Franco, Ana Cláudia Cruz dos Anjos; o juiz e diretor do Fórum da Comarca, Aureliano Coelho Ferreira; o presidente da Câmara de Dirigentes Lojistas (CDL), Lázaro Martins; o presidente da Associação de Deficientes Físicos de Porto Franco, Paulo Júnior, e o presidente do Conselho Estadual da Pessoa com Deficiência, Dilson Bessa.

Público: deixar o gabinete e ouvir de perto o que as pessoas têm para falar. Isso é muito produtivo para todos nós", disse o presidente.

Agentes - O promotor Alessandro Brandão Marques, diretor das Promotorias de Justiça de Imperatriz, que representou a procuradora-geral de Justiça, Regina Lúcia de Almeida Rocha, pediu que as pessoas presentes assumissem o papel de agentes difusores das ideias discutidas na audiência pública. "Conscientizem mais pessoas sobre o direito das pessoas com necessidades especiais", sugeriu.

Para José Maria, que é deficiente, a audiência promovida pelo MP foi um pontapé inicial para a discussão dos problemas.

Ele acredita que, a partir do debate, as pessoas sairão com outra visão e serão multiplicadoras do que foi discutido.

"Cada pessoa que veio aqui hoje e assistiu ao vídeo que fizemos, mostrando nossas dificuldades, à peça que encenamos, os pontos que discutimos, vai ver o quanto precisamos que nossos direitos sejam garantidos e respeitados. E isso é uma semente, porque eles vão comentar com outras pessoas, e eu tenho certeza de que tudo isso só vai gerar melhorias para todos nós", ressaltou o deficiente.

Ao final da audiência, também foram definidas estratégias de inclusão educacional de pessoas com deficiência, que serão tema de novas audiências públicas.

Premiação - Durante a audiência pública em Porto Franco, foram premiados os vencedores do concurso para a ilustração e tema da campanha de acessibilidade. O concurso foi promovido nas escolas públicas e os alunos podiam inscrever frases e desenhos em relação ao tema.

Aldaina Maria de Carvalho foi uma das vencedoras com a frase: "Cidade acessível é aquela em que todos podem ir e vir sem barreiras". A estudante Maria Raimara, que é deficiente auditiva, ganhou o concurso na categoria desenho. Cada uma levou para casa um tablet doado por lojas de Porto Franco.

Em parceria com a Câmara dos Dirigentes Lojistas (CDL), o Ministério Público do Estado do Maranhão (MP) fez a entrega de seis cadeiras de rodas. Cinco cadeiras foram doadas a pessoas previamente selecionadas e uma foi sorteada durante a audiência pública, entre as pessoas com dificuldades de locomoção que estavam presentes.

Justiça

A Assessoria de Gestão Estratégica do Tribunal de Justiça do Maranhão (AGEM-TJMA) realizará, nos dias 27 e 28 de abril, o seminário *Formulação e revisão da estratégia do Poder Judiciário*. O objetivo é apresentar o modelo de construção do planejamento do órgão para os próximos seis anos. O encontro acontecerá no auditório da sede social da Associação dos Magistrados do Maranhão (AMMA), no Calhau. No seminário, magistrados, diretores e assessores discutirão sobre novas propostas de objetivos, metas e projetos estratégicos a serem desenvolvidos.

Audiência

SANTA INÊS - Projeto de regularização fundiária no Município de Santa Inês, promovido pela Corregedoria da Justiça do Maranhão, voltou a ser debatido. O objetivo da audiência, realizada no último fim de semana no auditório da Prefeitura, foi ouvir todos os órgãos envolvidos e representantes da sociedade civil para definir a forma como serão concedidos os títulos de propriedade de 400 moradias na Coheb. A juíza corregedora Oriana Gomes, responsável pelo acompanhamento e fiscalização das atividades cartorárias no Maranhão, coordenou os trabalhos

Corregedoria da **Justiça** **apresenta** balanço das audiências de **custódia**

Pag. 11

Corregedoria da Justiça apresenta balanço das audiências de custódia

Em 287 prisões em flagrante foi adotado o procedimento previsto no Pacto de São José da Costa Rica, que determina a imediata apresentação da pessoa detida ao juiz

A Corregedoria da Justiça do Maranhão fechou um balanço dos seis primeiros meses de execução do projeto de audiência de custódia, implantado na Central de Inquiridos de São Luís em outubro de 2014. De acordo com as informações obtidas na unidade, em 287 prisões em flagrante foi adotado o procedimento previsto no Pacto de São José da Costa Rica, que determina a imediata apresentação da pessoa detida ao juiz.

Das quase 300 prisões em flagrante analisadas, foi decretada a manutenção da prisão preventiva em mais de 40% dos casos. Em outros 33%, a liberdade provisória foi concedida com medida cautelar e a tornozeleira para monitoramento eletrônico foi aplicada em 13,8% das situações. Em 35 casos houve revogação da prisão preventiva e em uma pessoa presa foi encaminhada para internação provisória.

Para a corregedora da Justiça do Maranhão, desembargadora Nelma Sarney, os resultados mostram não apenas o sucesso do projeto integrado, mas garante a consolidação como uma prática que alcançou o êxito esperado. "O resultado positivo é fruto da cooperação dos vários órgãos envolvidos.

A união dos esforços tem sido a tônica do sucesso e reconhecimento alcançado", afirmou.

O balanço mostra que o número de liberdades provisórias concedidas aumentaram em cerca de 30%. Antes, aproximadamente 10% dos detidos eram soltos após a prisão em flagrante, percentual que saltou para mais de 40% com a instituição da audiência de custódia.

De acordo com o juiz coordenador da Central de Inquiridos, Antonio Luiz de Almeida, aumento no número de liberdades concedidas se deve ao fato de que o novo modelo permite melhor avaliação da prisão em flagrante, evitando aquelas em desconformidade com a lei ou mesmo garantindo a aplicação de outras medidas durante o curso da ação penal.

"O aumento da concessão de liberdade se deve ao fato de termos um contato mais próximo e imediato com o acusado. Isso amplia o olhar sobre a prisão, que muitas vezes é legal, mas não é necessária. A medida expandi os horizontes do juiz, que além de examinar os documentos, também interroga o preso, ouve os membros do Ministério Público e da Defensoria Pública. É possível avaliar com mais cautela e



Número de liberdades provisórias concedidas aumentaram em cerca de 30%

aplicar a melhor medida em cada caso", explicou o juiz.

As liberdades concedidas durante a audiência seguem critérios específicos definidos no Código de Processo Penal, cabendo destacar que a pessoa continua respondendo pelo ato criminoso supostamente praticado. O fato da pessoa estar em liberdade não configura impunidade, haja vista que não há prejuízo da ação penal e o acusado continua sendo processado normalmente.

RECONHECIMENTO-Em publicação recente, a Human Rights Watch (HRW) classificou o Projeto de Audiência de Custódia da Corregedoria da Justiça do Maranhão como uma solução

para a violência no sistema prisional do Brasil. Em janeiro deste ano, representantes da ONG estiveram no Estado e acompanharam a execução do projeto, que é pioneiro no Brasil.

O projeto foi implantado no Maranhão após sucessivos debates que envolveram representantes da Corregedoria da Justiça, Unidade de Monitoramento Carcerário do TJMA, Ministério Público, Defensoria Pública, secretarias de Administração Penitenciária e de Segurança, além das forças policiais. O projeto piloto começou a ser executado em outubro do ano passado, sendo formalizado em dezembro, por meio do Provimento 24/2014.



Esnores-MA

A corregedora da Justiça do Maranhão, desembargadora Nelma Sarney, abriu os trabalhos do curso sobre o Código de Normas do Estado do Maranhão e Práticas Notariais e Registrais. O evento, realizado nesta sexta e sábado, no Hotel Brisamar (Ponta D'areia), também contou com o presidente do Instituto de Protesto do Maranhão, Andre Vilaverde; e do presidente do Instituto de Títulos e Documentos e Pessoas Jurídicas do Maranhão, José Tadeu Cantuária.

PLANTÃO TJMA

O desembargador Kleber Carvalho responde pelo plantão de 2º grau até domingo (26), conforme portaria 419/2015. No plantão de 2º grau são recebidas apenas demandas urgentes, nas esferas cível e criminal, incluindo pedidos de habeas corpus, mandados de segurança, medidas cautelares (por motivo de grave risco à vida e à saúde das pessoas), decretação de prisão provisória e outros. O servidor plantonista de 2º grau é Aluísio Alves Júnior. O número do telefone disponibilizado para o plantão judiciário de 2º grau é o (98) 98815-8344. Além das providências necessárias ao cumprimento de qualquer decisão determinada na ação, os servidores são os responsáveis pelo processamento e encaminhamento dos processos ao desembargador de plantão.

Planejamento estratégico

A Assessoria de Gestão Estratégica do Tribunal de Justiça do Maranhão (AGEM-TJMA) realizará, nos dias 27 e 28 de abril, o seminário "Formulação e revisão da estratégia do Poder Judiciário". O objetivo é apresentar o modelo de construção do planejamento do órgão para os próximos seis anos. O encontro acontecerá no auditório da sede social da Associação dos Magistrados do Maranhão (AMMA), no Calhau.

Acusada de assassinar em Estreito é presa 12 anos depois no Recife (P8c1)



Imperatrizense acusada de homicídio em Estreito é presa em Recife



Tatiane Rocha Sousa encontra-se em Recife à disposição da Justiça do Maranhão

Tatiane Rocha Sousa, 36 anos, foi presa na manhã da última quinta-feira (23), em Recife, por policiais civis da Delegacia de Boa Viagem, bairro da capital pernambucana.

Tatiane Rocha Sousa é acusada de ter assassinado Fabiane Santos Barroso, fato acon-

tecido na cidade de Estreito, distante 125 km de Imperatriz, com golpes de arma branca (faca). A motivação do crime foi por ciúme de um namorado.

Tanto a acusada como a vítima eram de Imperatriz e tinham ido a Estreito para se divertirem no local conhecido por 'Casa Amarela', onde aconteceu o desentendimento entre elas. Tatiane ainda chegou a ser socorrida, mas morreu ao dar entrada no hospital de Estreito.

Tatiane Rocha Sousa estava foragida havia 12 anos. Ela agora se encontra no presídio feminino de Recife à disposição da Justiça de Estreito, para onde será transferida nos próximos dias. De Estreito, Tatiane virá para a Unidade Prisional de Ressocialização de Imperatriz (UPRI), onde ficará aguardando o pronunciamento da Justiça.

A família da vítima não falou como chegou a localizar a assassina. Mas, segundo eles, o irmão de Fabiane levou o mandado de prisão em mãos à delegacia.

A prisão de Tatiane Rocha Sousa foi feita por policiais civis da Desec, coordenados pelo delegado Manuel Martins, em cumprimento a mandado de prisão condenatório expedido pela 2ª Vara Criminal da Comarca de Estreito, pela prática do crime previsto no artigo 121, do CPB. A acusada foi capturada na rua Rio Pajeú, bairro Ibura de Baixo, onde residia.

▼ DESCE

O ex-prefeito de Penalva, Nauro Sérgio Muniz Mendes, foi condenado pela 3ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) por desviar R\$ 4.504.922,56 do Fundo Municipal de Saúde. O ex-gestor deixou também de prestar contas anuais da administração financeira do município à Câmara de Vereadores.

Ex-prefeito é condenado por desvio de verbas públicas

PÁGINA 6 [C1]

Ex-prefeito de Penalva é condenado por desvio de verbas públicas

A 3ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) manteve sentença da Justiça de 1º Grau que condenou o ex-prefeito de Penalva, Nauro Sérgio Muniz Mendes, por desviar R\$ 4.504.922,56 do Fundo Municipal de Saúde. O ex-prefeito deixou também de prestar contas anuais da administração financeira do município à Câmara de Vereadores.

A materialidade e autoria do crime estão devidamente comprovadas por meio do depoimento das testemunhas de acusação e provas anexadas aos autos. As irregularidades foram constadas durante vistoria in loco realizada por servidores do Tribunal de Contas do Estado (TCE), quando foi verificada a ausência de documentos que atestassem a aplicação do dinheiro público rece-

bido em sua finalidade.

Para o desembargador Joaquim Figueiredo, relator do processo, ficou suficientemente provado que o ex-prefeito, como gestor municipal e, via de consequência, ordenador das despesas daquela localidade, deixou de prestar as contas devidas, sendo comprovada a prática do que crime que lhe foi imputado.

“É de ser mantida a condenação, vista plenamente comprovado o agir em tela, não restando dúvidas, de igual sorte, quanto à materialidade do crime”, entendeu o desembargador.

Em seu voto, o relator destacou jurisprudência pacificada em súmula do Superior Tribunal de Justiça (verbete nº. 209), quando sustenta que “compete à Justiça Estadual processar e julgar prefeito por desvio de verba

transferida e incorporada ao patrimônio municipal”.

Nauro Mendes foi condenado à pena de 3 anos e 3 meses de reclusão, em regime aberto, substituída por restritiva de direitos na modalidade prestação de serviços à comunidade, além de não poder exercer cargo ou função pública, eletiva ou de nomeação, por 5 anos, por infração do artigo 1º, I, do Decreto-lei nº 201/67: “apropriar-se de bens ou rendas públicas, ou desviá-los em proveito próprio ou alheio”.

O voto do desembargador relator Joaquim Figueiredo foi acompanhado pelos desembargadores José Bernardo Rodrigues e Raimundo Melo, de acordo com o parecer da Procuradoria Geral de Justiça.

(Ascom TJMA)

Juventude PPS

Com a presença do presidente nacional da legenda, deputado Roberto Freire, a juventude do PPS realiza, hoje, na Assembleia Legislativa, o 1º Encontro Nacional da JPS no Maranhão, com o tema: “A participação da juventude nas reformas para o Brasil”.

O juiz Marlon Reis, idealizador da campanha Ficha Limpa e um dos fundadores do movimento de combate à corrupção eleitoral, será um dos palestrantes do Encontro.

Marlon Reis falará sobre Reforma Política no Brasil.

Desembargador Kleber Carvalho é o plantonista do TJMA até domingo

O desembargador Kleber Carvalho responde pelo plantão de 2º grau até domingo (26), conforme portaria 419/2015.

No plantão de 2º grau são recebidas apenas demandas urgentes, nas esferas cível e criminal, incluindo pedidos de habeas corpus, mandados de segurança, medidas cautelares (por motivo de grave risco à vida e à saúde das pessoas), decretação de prisão provisória e outros.

O servidor plantonista de 2º grau é Aluísio Alves Júnior. O número do telefone disponibilizado para o plantão judiciário de 2º grau é o (98) 98815-8344.

Além das providências necessárias ao cumprimento de qualquer decisão determinada na ação, os servidores são os responsáveis pelo processamento e encaminhamento dos processos ao desembargador de plantão.